Site Diário Comercial Quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025



VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Diario Comercial

CNPJ: 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório da administração (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas, 1. Contexto Geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais A Companhia dispõe de uma estrutura de governança corporativa e (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas objetivos e estratégias. no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para acionista a Icatu Seguros S.A. é controlada em última instância pelo Grupo essas companhias.

Nessas Demonstrações, a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de qual a Companhia faz parte.

incremento nas operações da Companhia.

2. Desempenho nas operações

ATIVIDADES OPERACIONAIS Prejuízo líquido do exercício

Resultado de outras operações

Variação de impostos sobre o lucro

Créditos fiscais e previdenciários

Depósitos iudiciais e fiscais

Despesas antecipadas

Título e créditos a recebe

Tributos sobre o lucro pagos

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Outras contas a pagar

Variação nas contas patrimoniais:

Caixa gerado (consumido) nas operações

Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades

Distribuição de dividendos e juros sobre o capital

Caixa líquido consumido nas atividades de

Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e

Caixa e equivalentes de caixa no início do

atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Base de preparação e divulgação

entre os períodos apresentados

Base de mensuração

Caixa e bancos (nota 3.2); e

3.1. Balanco patrimonia

fevereiro de 2025.

(VJR) (nota 5.1).

significativas sobre a capacidade de continuar operando.

quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

. Moeda funcional e de apresentação

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. Notas explicativas (Valores expressos em milhares de reais,

exceto quando indicado de outra forma)

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do

Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate à Avenida Oscar Niemeyer

2000, e autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSÉP) a operar na 6ª região (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) nos

ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência

Companhia, no Grupo Icatu, é a Icatu Seguros S.A. A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma

sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem

Não houve comercialização de seguros de pessoas e planos de previdência

complementar em 2024 e 2023, mas a empresa se manterá ativa em busca

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis

estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e

suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com

especificidades, para essas companhias. A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações

financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua

gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela diretoria em 25 de

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto

• Instrumentos finànceiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota

o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das

Ajustes para:

Ativos financeiros

Ativo fiscal diferido

Outros ativos

operacionais

financiamento

equivalentes de caixa

próprio

de R\$ 686 (prejuízo líquido de R\$ 288 no ano de 2023). Esses resultados são reservas de lucros. oriundos de despesas administrativas de R\$ 293 no ano de 2024 (R\$ 289 4. ASG - Ambiental, Social e Governança (R\$ 465 positivo no ano de 2023). Não houve resultado patrimonial em 2024 (R\$ 244 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, o ativo total atingiu R\$ 6.806 (R\$ 7.340 em 31 de dezembro de 2023). O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2024, atingiu o montante de R\$ 4.550 (R\$ 5.236 em 31 de dezembro de 2023)

continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores,

Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, a Circular nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de atribuídos, em conjunto ou individualmente. A Companhia tem como único

Icatu. 3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A., suas controladas e coligadas, a 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não O Grupo Icatu vem analisando oportunidades estratégicas que contemplam registrou lucro líquido disponível para distribuição de dividendos e compensou R\$ 521 dos R\$ 686 de prejuízo que deu em 2024 com a reserva de lucros. O restante ficou registrado em prejuízos acumulados, no patrimônio líquido. A Companhia está inoperante e no ano de 2024 apresentou um prejuízo líquido Em 2023, a Companhia apresentou R\$ 288 de prejuízo e compensou com

no ano de 2023), despesas com tributos de R\$ 378 no ano de 2024 (R\$ 220 A atenção com a sustentabilidade e com o bem-estar social são intrínsecas ao no ano de 2023) e resultado financeiro positivo de R\$ 380 no ano de 2024 negócio do Grupo Icatu. Nosso propósito é oferecer tranquilidade financeira para que nossos mais de 10 milhões clientes e suas famílias possam aproveitar todas as fases de sua vida. Nossos produtos conferem estabilidade social e econômica, especialmente em momentos críticos. Em 2022, com a publicação da Circular SUSEP n° 666, a Jornada ASG no

Grupo Icatu ganhou força. O primeiro passo foi entender a nossa materialidade A administração considera que a Companhia possui recursos pará dar e definir os temas prioritários para a Icatu: 1) Governança, ética e conduta

profissional; 2) Pessoas - desenvolvimento, proteção dos direitos humanos; 3) Diversidade e inclusão; 4) Responsabilidade social; e 5) Meio ambiente e

O entendimento da materialidade foi essencial para publicarmos nossa política de sustentabilidade e para mapearmos os riscos ASG. Em fevereiro de 2024, os riscos de sustentabilidade foram integrados ao Sistema de Controles Internos (SCI) e à Estrutura de Gestão de Riscos (EGR).

Também em 2024, além das ações que já fazem parte dos produtos e da operação e podem ser observadas também pela ótica de ASG, iniciamos ações importantes para a Jornada, como, por exemplo, a conscientização dos públicos internos sobre assuntos ligados à Sustentábilidade, programa Inclusive (inclusão de Pessoas Com Deficiências - PCDs), patrocínio da Organização Não Governamental - ONG 42 Rio, entre outros. Além disso, também implementamos procedimentos para análise de fornecedores que solicitam cadastro, demonstrando a preocupação do Grupo Icatu com sua cadeia de valor.

Em 2025, lançaremos o primeiro Relatório de Sustentabilidade do Grupo Icatu. Adicionalmente, estão previstas ações que aprofundam o trabalho já realizado em todos os cinco temas materiais definidos pelo Grupo Icatu, incluindo o aumento da conscientização de todos os públicos de interesse para que nossas escolhas como pessoas, colaboradores, líderes e cidadão construam um futuro melhor para todos. Estaremos sempre atentos às melhores práticas de governança, à ética, a conformidade com a legislação, bem como às melhores práticas de mercado com vistas ao bem-estar coletivo. 5. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo Icatu e os valores contratuais no ano de 2024, brutos de tributos, totalizam R\$ 2.375 negócio do Grupo Icatu. Nosso propósito é oferecer tranquilidade financeira (R\$ 2.283 em 2023), referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguração limitada, requeridos pelo órgão regulador. 6. Agradecimento

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.

A Administração. Demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes

Nota 10.1

Nota 10.2.

Nota 10.3

Nota 11

Nota 11

Nota 9.1.

31/12/2024 31/12/2023

(289)

(220)

465

(244)

(288)

(288)

(288)

3.316.721

(293)

(378)

380

(287)

(249)

(149)

(1)

(686)

3.316.721

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo líquido por ação)

Balanços patrimoniais	
Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023	(Em milhares de reais)

		31/12/2024	31/12/2023	
ATIVO				P
CIRCULANTE		4.624	4.741	C
Disponível		64	43	C
Caixa e bancos		64	43	C
Aplicações	Nota 5	4.436	4.574	Ir
Títulos e créditos a receber		124	124	P
Créditos tributários e previdenciários		124	124	C
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.182	2.599	P
Realizável a longo prazo		2.182	2.599	C
Títulos e créditos a receber		2.182	2.599	F
Créditos tributários e previdenciários		-	399	F
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 7.1	2.182	2.200	Р
TOTAL DO ATIVO		6.806	7.340	T

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações fina

31/12/2024 31/12/2023

(288)

244

3

(4)Bai

(135)

37

114

(98)

(2)

(100)

Sa 2

(686)

18

43

				(Em milhares de reais, exceto o l
		31/12/2024	31/12/2023	· · ·
PASSIVO				Outras receitas operacionais
CIRCULANTE		90	48	RESULTADO COM OPERAÇÕES DE
Contas a pagar		90	48	SEGUROS
			45	Despesas administrativas I
Obrigações a pagar		86	45	Despesas com tributos
Impostos e encargos sociais a recolher		4	3	Resultado financeiro I
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.166	2.056	Resultado patrimonial
Outras contas a pagar	Nota 7.2	2.166	2.056	RESULTADO OPERACIONAL
				RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 8	4.550	5.236	Imposto de renda
Capital social		4.699	4.699	Contribuição social
Reservas de capital		16	16	Participações sobre o Lucro
Reservas de lucros			521	PREJUIZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
			JZ 1	RESULTADO ABRANGENTE
Prejuízo acumulado		(165)		Quantidade de ações
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔN	IO LÍQUIDO	6.806	7.340	Prejuízo líquido do exercício por ação
rante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integra

Prejuízo líquido do exercício por ação - R\$ (0,21)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

		Reservas de	capital	Re	servas de lu	icros			
	Capital social	Reserva de ágio na subscrição de ações			Reserva estatutária	Reserva especial para divi- dendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumu- lados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	4.699	1	15	744	65	13	(243)	-	5.294
Dividendos declarados e pagos - AGO 31/03/2023	-		_	_	_	(13)	-	_	(13)
Baixa outros ajustes avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	243	-	243
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(288)	(288)
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	(223)	(65)	-	-	288	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.699	1	15	521	-	-	-	-	5.236
Saldos em 01º de janeiro de 2024	4.699	1	15	521	-	-	-	-	5.236
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(686)	(686)
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	(521)	-	-	-	521	_
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.699	1	15	-	-	-	-	(165)	4.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

• Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a definidos em leis específicas.

registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos

• Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.2. Caixa e bancos São representados por depósitos bancários sem vencimento.

de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas

seguintes categorias:

3.3.1.1. Valor justo por meio do resultado (VJR) Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser Nessas demonstrações financeiras (Demonstrações), a Vanguarda medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas e suas controladas, a qual a Companhia faz parte. A controladora final da nesta categoria.

3.4. Redução ao valor recuperável 3.4.1. Ativos financeiros

integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (impairment) desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do A administração considera que a Companhia possui recursos para dar instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados. 3.4.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados. 3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais estão contabilizados no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica "resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% ao

3.6. Tributos correntes e diferidos demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são

o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva database. • Os títulos e valores mobiliários a valor justo por meio do resultado estão temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para

que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e

passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de posécio a sur la constante de modelo de modelo de posécio a sur la constante de modelo de modelo de posécio a sur la constante de modelo de modelo de modelo de posécio a sur la constante de modelo d Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização prevista na Lei nº 14.905/2024.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas Provisões estão contabilizadas na rubrica "provisões judiciais" no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica "outras contas a pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações

sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

A elaboração das Demonstrações requer que a administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: aplicações financeiras, créditos tributários e previdenciários; provisões judiciais. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O

reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados

é efetuado no resultado do período. 3.9. Adoção de novas normas e interpretações 3.9.1. Circular SUSEP nº 678/20

Em 10 de outubro de 2022, a SUSEP publicou a Circular nº 678, que alterou a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revogou o dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012. A Circular entrou em vigor em janeiro de 2024.

Dentre as principais alterações trazidas na norma temos: i. Adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros

CPC 48 substitui o IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros, com ajustes retrospectivos nos comparativos. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares:

 Classificação e mensuração de ativos financeiros Enquanto pelo CPC 38 a classificação do ativo financeiro, e consequentemente

sua mensuração e reflexo no resultado do exercício, dependia exclusivamente da intenção da Companhia, pelo CPC 48, a classificação dos ativos financeiros resulta de uma análise conjunta das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos. Além disso, as nomenclaturas das classificações aplicaveis foram alteradas para: mensurados subsequentemente a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado. Em relação aos instrumentos financeiros, a Companhia avaliou as classificações dos mesmos e não identificou mudanças significativas, visto que a principal mudança ocorrida está relacionada a classificação dos instrumentos financeiros conforme modelo de negócio.

Redução ao valor recuperável (impairment) O CPC 48 trouxe como regra geral que a cada data de balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Companhia avaliou a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não identificou mudanças na posição patrimonial mediante aos estudos e práticas metodológicas que foram desenvolvidas e aprovadas internamente. CONTINUA



vencimento

JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA:33270067000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/



Diário Comercial 70

31/12/2024

contratadas contábil justo

31/12/2023

contratadas contábil justo

Valor

655

3.781

4.436

655

3.781

4.436

4.436 4.436

1.164 1.164

3.410 3.410

4.574 4.574

4.574 4.574

31/12/2023

1.164

3.410

4.574

VJR

4.497

100 (575)

552

4.574

(602)

4.436

464

Taxas

Taxas

Selic

31/12/2024

3.781

4.436

31/12/2024

655

655

31/12/2023

1.164

1.164

Total

655

3.781

4.436

Total

1.164

3.410

4.574

Valor

Nível 1 Nível 2

Nível 1 Nível 2

3.781

3.781

3.410

3.410

31/12/2023

Valor



VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma

a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu

mantenha uma base de capital solida e assim venha fazer frente aos riscos

relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos

estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade

e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores

publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor

justo por meio do resultado (VJR) que representa 100% da carteira em 31 de

respectivos fundos. Segue demonstração da abertura da carteira:

dezembro de 2024 (100% em 31 de dezembro em 2023):

5.1. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Quotas de fundos de investimento - não

Quotas de fundos de investimento - não

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

aging não representa risco.

4.1.1.4. Gestão de capital

emitidos pelo CNSP e SUSEP.

5. Aplicações financeiras

exclusivos

Circulante

exclusivos

Circulante

Sem vencimento

(+) Aplicações

passivos idênticos;

fundos exclusivos:

VJR:

Total

Total

exclusivos

exclusivos

31/12/2024

Valor

Total

2.723

7.340

2 103

2.103

Vencimento em até um ano

Vencimento em até cinco anos

Saldo final em 1º de janeiro de 2023

mensuração ao valor justo, sendo:

Quotas de fundos de investimento - não

Quotas de fundos de investimento - não

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

Letras Financeiras do Tesouro – LFT

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

dados observaveis de mercado (*inputs* nao observaveis).

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de

investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e

pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento,

que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e

Nível 2: inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou

• Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em

5.2. Movimentação das aplicações financeiras

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia avaliou as alterações e não identificou mudanças no que diz

respeito as provisões técnicas, uma vez que não tem passivos de seguros registrados no balanço patrimonial.

iii. O fim da compensação da "mais valia" das aplicações financeiras classificadas na modalidade mantidos até o vencimento com o resultado do teste de adequação do passivo (TAP)

A Companhia avaliou as alterações e não identificou mudanças, uma vez que do Grupo Icatu. São considerados aqueles atribuídos somente pelas agências não tem passivos de seguros registrados no balanço patrimonial, não sendo *Fitch, S&P e Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma

aplicado a realização do TAP. 3.10. Novas normas ainda não adotadas
Os pronunciamentos contábeis e normativos a seguir serão adotados em

períodos posteriores a data destas Demonstrações 3.10.1. CPC 50 - Contratos de Seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.10.2. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal).

Em 16 de janeiro de 2025, o projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que aborda o comitê gestor do IBS e a repartição da arrecadação desse tributo, já foi aprovado na câmara dos deputados e aguarda aprovação no senado. O Grupo Icatu iniciou, em 2024, um projeto para monitorar a evolução da

reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as de mercado é do participante do plano.
mudanças conforme as regulamentações forem publicadas pela Receita O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - (VaR), Federaľ, pelos Estados, pelos Munícipios e pelo Comitê Gestor.

4. Gestão de risco

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização entre outros

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito,

mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição. Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável no período, é capaz cobrir este choque mínimo. pelos controles internos como figura central de todo o processo e como o A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas consideração: no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de i. O *VaR* paramétrico: Assume uma distribuição normal para os retornos, tendo relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus

estatutos aprovados. O gestor organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em etapas, sendo elas identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos corporativos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo Icatu adota o sistema de controles No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01, para internos que é composto por processos, procedimentos e unidades a Companhia:

operacionais responsáveis por mitigá-los.

31/12/2024
31/12/2023

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação

· As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, Uma visão para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.

 A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu.

• A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da etividade dos trapainos executados peias demais iinnas

riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu está de acordo em assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das mais variadas áreas de negócio ao apetite global da entidade e aos apetites específicos, também formalizados pela entidade.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa e formalizados na declaração de apetite de riscos. Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração. Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade

Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos 4.1.1. Principais riscos associados

dezembro de 2024 não havia saldos registrados nesta rubrica.

7. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

7.2. Outras contas a pagar – obrigações fiscais

4.1.1.1. Risco de crédito O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas

6.1. Tributos diferidos

Imposto de renda diferido

Contribuição social diferida

Diferencas temporárias

Diferenças temporárias

Total

Saldo inicial

Saldo final

Contribuição

Alargamento da base (a)

Saldo total 31/12/2024

Alargamento da base (a)

Faturamento (b)

Faturamento (b)

COFINS

Atualização monetá

Baixas

6. Créditos tributários e previdenciários

decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos

Saldo em

249

249

150

150

399

01/01/2023

Conforme estabelecido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a baixa de valores relacionados à constituição de diferenças temporárias de IRPJ e CSLL devem ser registradas quando o ativo ou passivo tributário não é mais

realizável conforme as condições originais que resultaram no seu reconhecimento. Nesse sentido, devido à ausência

de expectativa de lucro tributável, procedemos com a baixa das respectivas diferenças temporárias. Em 31 de

20

12

12

Os saldos de depósitos judiciais fiscais estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

Na rubrica "outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição

Atualização

monetária

107

27

Depósito

Judicial

1.809

1.809

Depósito

Judicial

COFINS

COFINS

Saldo em

1.504

418

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais

Provisão

Provisão

276

192

468

262

183

445 (a) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014; (b) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de Julho de 1997 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições

01/01/2023

PIS

75

373

PIS

Depósito

Depósito

Judicial

206

488

Judicial

Realização/

Reversão

(20)

(20)

(12)

(12)

(32)

 ii. Alterações em nomenclatura e conceitos relativos a provisões e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.
 Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os ratings em escala nacional das emissões de títulos privados presentes. diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível. O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de Probabilidade de Default (PD), duration do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a

exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira. 4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos A análise de crédito é realizada, principalmente, através de rating atribuído

por agências externas de classificação de riscos. Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 3.781, correspondentes a 85% (R\$ 3.410 correspondentes a 75% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras nestas datas (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe ÀAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em fundos não exclusivos totaliza R\$ 655, correspondentes a 15% (R\$ 1.164 correspondentes a 25% em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

1.1.2. Risco de mercado O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações. que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de

forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco

que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem

trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente. Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado está

dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo

como horizonte de tempo 1 mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95. ii. DV01 (dólar-value for one basis-point): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

	31/12/2024			31/12/2023			(-) Resgates		
				Ехро-				Ехро-	(+) Rendimentos
Fatores de Risco	DIV-01	EWMA	VAR	sição	DIV-01	EWMA	VAR	sição	Saldo final em 31 de dezembro de 2023
Pré-fixado - DI	_	0,95	0,005	0,03	_	0,95	0,03	(0,04)	
IPCA	(2,709)	0.95	0.13	7	(0.004)	0,95	0,26	14	(-) Resgates
					(+) Rendimentos				
4.1.1.3. Risco de liquidez O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as companhias não terem Saldo final em 31 de dezembro de liquidez refere-se à possibilidade de as companhias não terem						Saldo final em 31 de dezembro de 2024			

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as companhias não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem os pagamentos de benefícios e sinistros e demais obrigações, esperadas no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado

considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais além pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente indiretamente (derivado de preços); para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise monitoramento do risco de liquidez

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em sua probabilidade e seu potencial de impacto financeiro, considerando a relação às obrigações.

Ma sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros fundos exclusivos:

podem ser: crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a negociação ou marcação desses ativos. 31/12/2024

Ativos e passivos

Títulos e créditos a receber

Total de ativos

Total de passivos

Saldo em Realização/

Reversão

(249)

(249)

(150)

(150)

(150)

31/12/2024

Atualização

monetária

2.200 (140)

122

87

23

Depósito

Judicial

2.107

2.182

Depósito

Judicial

206

75

Total

Total

2.182

31/12/2024

31/12/2023

2.065

135

2.200

Saldo em

31/12/2024

Provisão

Provisão

1.873

183

1.974

2.166

192

1.698

468

31/12/2023

Saldo em

1.611

445

Provisão

Provisão

1.698

1.698

31/12/2023

249

249

150

150

399

Contas a pagar

Caixa e bancos	64	_	04
Aplicações financeiras	4.436	_	4.436
Títulos e créditos a receber	124	-	124
Total de ativos	4.624	-	4.624
Contas a pagar	89	2.166	2.255
Total de passivos	89	2.166	2.255
		31/12/2023	
Ativos e passivos	Até 1 ano	31/12/2023 Acima de 2 anos	Total
Ativos e passivos Caixa e bancos	Até 1 ano		Total 43
•			

1.331

47

7.3. Provisões judiciais – obrigações fiscais

6.009

2 056

2.056

Até 1 ano Acima de 2 anos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não havia provisões judiciais classificadas com probabilidade de perda provável. As obrigações fiscais em discussão judicial com probabilidade de perda possível estão compostas abaixo:

Causas Fiscais

Probabilidade de Perda	Quantidade	Estimado	Provisionado	Quantidade	Estimado	Provisionado			
Possível	1	3.081	_	1	2.788	-			
Total	1	3.081	_	1	2.788	_			
	Causas Cíveis								
		31/12/2024			31/12/2023				
		Valor	Valor		Valor	Valor			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Estimado	Provisionado	Quantidade	Estimado	Provisionado			
Possível	3	759	_	4	689	-			
Total	3	759	_	4	689				

Valor

8. Patrimônio líquido

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 4.699 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.699 em 31 de dezembro de 2023), representado por 3.316.721 ações sem valor nominal em 31 de dezembro de 2024 (3.316.721 em 31 de dezembro de 2023), sendo ações ordinárias nominativas. As reservas de capital de R\$ 16 são compostas pela reserva de ágio na subscrição de ações no valor de R\$ 1 e outras

reservas de capital no valor de R\$ 15. 8.3. Política de dividendos e distribuição de resultados

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não registrou lucro líquido disponível para distribuição de dividendos e compensou R\$ 521 dos R\$ 686 de prejuízo que deu em 2024 com a reserva de lucros. O restante ficou registrado em prejuízos acumulados, no patrimônio líquido. Em 2023, a Companhia apresentou R\$ 288 de prejuízo e compensou com reserva de lucros. 8.4. Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e exigência de capital
Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas

deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;

b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

c) no maximo 30% (cinquenta por cento) do civir serão cobertos pela soma do FLA de niver 2 e do FLA de niver 3.					
	31/12/2024	31/12/2023			
Patrimônio Líquido	4.550	5.236			
Subtotal PLA - nível	4.550	5.236			
PLA Nível I	4.550	4.837			
PLA Nível III	_	399			
PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. do Exc. de Nível 2 e 3 (d = a+b+c)	4.550	5.236			
Capital base (CB) (a)	4.000	4.000			
Capital de risco de crédito	71	116			
Capital de risco - mercado	4	23			
Capital de risco - redução por correlação	(3)	(15)			
Capital de risco (CR) (b)	72	124			
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	4.000	4.000			
Patrimônio líquido ajustado	4.550	5.236			
(-) Exigência de capital - EC	(4.000)	(4.000)			
Suficiência de capital - R\$	550	1.236			
Suficiência de capital (% da EC)	114%	131%			

CONTINUA



JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA:33270067000103

Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.



Notas explicativas (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ICATU

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

9. Partes relacionadas								
Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações								
que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com suas empresas ligadas.								
	Passivo		Receitas		Despesas			
	31/12/2024 31/1	2/2023 31	1/12/2024 31/12	2/2023 31/	12/2024 31/1	2/2023		
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a)	(3)	(1)	-	_	(3)	(13)		
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (à)	-	-	-	3	(1)	`(2)		
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (a) Icatu Serviços de Adm. Previdenciária					()	()		
e Consultoria S.A. (Ligada) (a)	_	_	1	2	_	_		
Icatu Assessoria S.A. (Ľigaďa) (a) (*)	-		72	40	-			
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (b)	(1)	_	1	1	(7)	(6)		

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Reembolsos de custos administrativos; referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Îcátu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre

(b) Valores referentes a taxa de gestão Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda *) Para fins de restruturação socĭetária do Grupo Ĭcatu, a Icatu Assessoria foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., em 1º de janeiro de 2025. O laudo de avaliação foi emitido em 31 de outubro de 2024 e a incorporação foi efetivada considerando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024. A operação foi feita a valores contábeis e o acervo líquido da operação é de R\$ 47.798, cujo montante representou um acréscimo

patrimonial para a incorporadora.

10. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal próprio	(2)	(3)
Serviços de terceiros	(166)	(194)
Localização e funcionamento	(60)	(62)
Publicações	(64)	(29)
Outras despesas operacionais	(1)	(1)
Total	(293)	(289)
10.2. Despesas com tributos		
	31/12/2024	31/12/2023

10.2. Despesas com tributos		
	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	(19)	(22)
PIS	(3)	(4)
Taxa de fiscalização	(171)	(148)
Outras despesas com tributos	(185)	(46)
Total	(378)	(220)

10.3. Resultado financeiro 31/12/2024 31/12/2023 Quotas de fundos de investimento - não exclusivos 157 Letras Financeiras do Tesouro – LFT 371 395 **Outras receitas financeiras** 123 135 Total - receitas financeiras 587 687 Outras despesas financeiras (207)(222)(222)Total – despesas financeiras (207)<u>Total</u> 380 465

11. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2	024	31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Resultado antes dos impostos e participações	(287)	(287)	(288)	(288)	
ADIÇÕES	3.227	3.227	3.225	3.225	
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	244	244	
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	2.167	2.167	2.056	2.056	
Tributos e contribuições em quest. judicial	1.060	1.060	925	925	
EXCLUSÕES	(3.128)	(3.128)	(2.982)	(2.982)	
Tributos e contribuições em quest. judicial	(1.072)	(1.072)	(1.060)	(1.060)	
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	(2.056)	(2.056)	(1.922)	(1.922)	
Resultado ajustado	(188)	(188)	(45)	(45)	
Prejuízo após as compensações	(188)	(188)	(45)	(45)	
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%	
Reversão da provisão de créditos tributários	(249)	(149)	-	-	
Despesas com IRPJ/CSLL	(249)	(149)	-	-	
Alíquota efetiva – resultado antes dos tributos	86.46%	52.08%	0.00%	0.00%	

12. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu. por intermédio da instituição líder lcatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2024 da Icatu Seguros S.A.

Diretoria						
Luciano Soares Diretor-Presidente	Alexandre Petrone Vilardi Diretor	César Luiz Salazar Saut Diretor	Marcio de Moraes Palmeira Diretor			
Contador		Atuária				
Ivandro de Almeida Oliveira CRC RJ 076 168/0-7		Lígia Gued MIBA	les de Abreu nº 1394			

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Cóntador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

Provisõe	s judiciai	s – Obrigações	Fiscais

Principal assunto de auditoria

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.7 e 7.2 às demonstrações financeiras, a Companhia possui passivos reconhecidos com base na avaliação da probabilidade de perda provável.

Tais provisões requerem julgamento da Companhia na determinação da probabilidade de perda. Devido à relevância quantitativa dessas provisões judiciais, consideramos esse assunto significativo em nossa

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre Entendimento dos controles chave relacionados ao

processo de avaliação de risco de perda das ações Obtenção de confirmações diretamente com os advogados externos contratados pela Companhia com

a relação dos processos judiciais fiscais em andamento e suas respectivas probábilidades de perda e valores estimados em risco e confronto com os saldos contábeis. Avaliação dos prognósticos de perda informados pelos advogados externos, relativo aos processos judiciais fiscais em andamento, com o Departamento Jurídico da

Revisão de atas de reuniões e indagações da administração sobre discussões relativas às provisões

- Recálculo independente da atualização monetária das obrigações fiscais e confronto com os saldos contábeis. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos

qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar sé esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorcão relevante no

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas opérações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitár o

encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, más não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

 Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade opéracional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível

com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

 Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Claudio Costa Contador CRC 1SP167720/O-1





